

RESUMO

" O Estado do Pará sediou a 30a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP30, realizada em Belém, em novembro de 2025, evento de relevância global que consolidou a cidade como polo estratégico do debate climático internacional. Nesse contexto, a Companhia Docas do Pará - CDP desempenhou papel estratégico fundamental, viabilizando a logística e a infraestrutura necessárias à realização do evento, por meio de iniciativas estruturantes, como a revitalização de ampla área do Porto de Belém e a modernização de estruturas portuárias essenciais. Tais intervenções não apenas atenderam às demandas operacionais e logísticas da COP30, como também deixaram um legado urbano, portuário e econômico permanente para a capital paraense, ampliando o potencial turístico da cidade, qualificando os espaços públicos, fortalecendo a atratividade do território e contribuindo diretamente para a geração de emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico local. No mesmo contexto de investimentos estruturantes, o Porto de Outeiro, localizado em Belém - PA, recebeu um expressivo aporte de aproximadamente R\$ 233 milhões do Governo Federal, com obras entregues em novembro de 2025, voltadas à modernização e ampliação de sua infraestrutura. O projeto contemplou a ampliação do pier de 261 para 716 metros, bem como a duplicação de sua capacidade operacional, que passou a atingir 80 mil toneladas. Trata-se de uma obra de grande porte e elevada complexidade técnica, executada em regime intensivo, com frentes de trabalho contínuas, em operação 24 horas por dia, o que possibilitou sua conclusão em um prazo de aproximadamente seis meses, demonstrando elevada capacidade de coordenação, planejamento e execução. Não obstante, a Companhia Docas do Pará, comprometida com sua missão institucional de oferecer infraestrutura portuária moderna, eficiente e segura, apresentou desempenho operacional positivo no exercício de 2025. Com base nos resultados de movimentação apurados em 2025 a produção anual foi de 43.37 milhões de toneladas, o que representa uma variação positiva aproximada de 5,03% em relação ao exercício de 2024, quando foram movimentadas 41,4 milhões de toneladas.

Esse crescimento sinaliza a expansão do fluxo anual sob a ótica consolidada da Companhia, mesmo considerando-se a interdição parcial dos berços do Terminal de Outeiro, ocorrida no início do exercício, em razão da execução das obras de ampliação do referido terminal portuário, o que reforça a resiliência operacional da CDP e a robustez de sua estrutura logística. A CDP segue comprometida com sua missão de ofertar infraestrutura portuária moderna, eficiente e segura, promovendo o desenvolvimento de negócios com responsabilidade socioambiental e em plena consonância com as políticas públicas nacionais, os marcos regulatórios do setor e as diretrizes de sustentabilidade. Nesse sentido, no exercício de 2025, a Companhia executou investimentos no montante de R\$ 250.869.886,00, correspondente a 72,72% do total programado para o exercício, alcançando uma marca histórica de execução orçamentária e financeira. O valor acima corresponde ao orçamento de investimento executado diretamente pela Companhia em 2025, não se confundindo com os investimentos realizados por arrendatários e cessionários nas áreas sob sua gestão, apresentados no Capítulo 3. Esse desempenho reafirma o papel estratégico da CDP na criação de valor público, na geração de externalidades positivas para a economia regional, no fortalecimento da logística portuária amazônica e na promoção do desenvolvimento sustentável, beneficiando clientes, investidores, usuários do sistema portuário e a sociedade como um todo. Em 2025, os avanços operacionais e institucionais conviveram com um ciclo intenso de execução de investimentos, reconfiguração de ativos e expansão de projetos estruturantes, cujos reflexos econômico-financeiros demandam leitura integrada dos indicadores de receita, geração operacional, execução orçamentária e composição dos investimentos realizados no exercício. o relatório completo pode ser acessado pelo link : <https://www.cdp.com.br/wp-content/uploads/2026/03/Relatorio-de-Administracao-2025-Final.pdf> "

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(em reais)

BALANÇO PATRIMONIAL			
Em Reais			
	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO TOTAL		1.389.386.123,51	1.068.055.764,05
ATIVO CIRCULANTE		736.140.403,17	631.798.364,54
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	603.352.148,54	330.625.672,67
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS	5	112.779.690,62	109.469.494,11
ESTOQUES	6	191.903,22	117.203,57
TRIBUTOS A COMPENSAR E RECUPERAR	7	8.906.287,85	11.124.906,34
DESPESAS ANTECIPADAS	8.1	3.181,99	23.333,36
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	8.2	3.470.537,44	2.953.920,04
DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS	10.1	7.436.653,51	177.483.834,45
ATIVO NÃO CIRCULANTE		653.245.720,34	436.257.399,51
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		48.644.108,19	59.736.493,92
TRIBUTOS DIFERIDOS	11	32.751.300,65	34.604.625,14
DEPÓSITOS JUDICIAIS	12	7.454.662,24	9.922.073,20
DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS	10.2	8.438.145,30	15.209.795,58
INVESTIMENTOS	14	-	139.579,41
IMOBILIZADO	15	596.025.049,16	367.975.867,33
INTANGÍVEL	16	8.576.562,99	8.405.458,85
PASSIVO TOTAL		1.389.386.123,51	1.068.055.764,05
PASSIVO CIRCULANTE		130.223.830,09	106.774.350,51
FORNECEDORES	17	2.109.134,76	4.273.161,12
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	18	20.964.211,63	21.640.235,54
OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	19	17.181.900,57	9.996.945,26
BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO - PORTUS	20.1	7.500.926,57	3.610.085,63
JCP A PAGAR	21	20.483.527,09	28.850.307,66
OUTRAS CONTAS A PAGAR/OBRIGAÇÕES	22	6.974.871,22	5.253.680,82
PRECATÓRIOS	23	18.376.257,95	5.720.014,35
RECEITAS ANTECIPADAS	24	27.970.646,34	18.768.152,53
RECEITAS DIFERIDAS	25.1	8.662.353,96	8.661.767,60
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		507.380.777,70	279.524.718,26
TRIBUTOS DIFERIDOS	26	15.259.059,19	13.466.884,43
BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO - PORTUS	20.2	47.163.466,43	42.560.178,00
CONTAS A PAGAR DE LONGO PRAZO	29	1.758.251,16	1.734.477,73
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	27	19.061.328,99	28.111.172,94
CONVÊNIOS	28	233.877.233,97	-
RECEITAS DIFERIDAS	25.2	190.261.437,96	193.652.005,16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		751.781.515,72	681.756.695,28
CAPITAL SOCIAL	30.1	389.204.075,00	386.085.864,20
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	30.2	39.034.181,68	34.772.264,00
CRÉDITO DA UNIÃO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	30.3	7.265.036,32	10.383.247,12
RESERVAS DE LUCROS		316.278.222,72	250.515.319,96
Reserva Legal	30.4	21.989.965,25	17.677.643,76
Reserva para Investimento	30.5	294.288.257,47	232.837.676,20

As Notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em Reais

	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31	363.207.184,51	362.885.301,21
CUSTOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS	32	(171.477.540,59)	(140.320.281,94)
LUCRO BRUTO		191.729.643,92	222.565.019,27
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	33	(153.036.963,66)	(85.110.855,00)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	34	25.052.481,84	11.370.971,90
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		63.745.162,10	148.825.136,17
RESULTADO FINANCEIRO	35	73.114.735,50	27.998.672,53
RECEITAS FINANCEIRAS		80.702.875,57	29.983.747,45
DESPESAS FINANCEIRAS		(7.588.140,07)	(1.985.074,92)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		136.859.897,60	176.823.808,70
CSLL	36	(12.048.508,07)	(12.711.853,99)
IRPJ	36	(33.444.077,91)	(35.286.705,54)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA PLR		91.367.311,62	128.825.249,17
(-) Participação no Resultado - Empregados	37	(5.120.881,77)	(7.212.576,92)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		86.246.429,85	121.612.672,25
Quantidade de Ações		2.047.786.413	2.047.786.413
Lucro por Ação (R\$)		0,0421	0,0594

As Notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

Em Reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		86.246.429,85	121.612.672,25
Resultado Atuarial com Benefícios Pós emprego	30.2	4.261.617,68	15.964.793,00
RESULTADO ABRANGENTES DO PERÍODO		90.508.047,53	137.577.465,25

As Notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	AFAC	Prejuízo ou Lucro Acumulado	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	TOTAL
				Reserva Legal	Reserva para Investimentos		
SALDO EM 31/12/2023	385.944.063,32	525.048,00	-	11.603.894,78	146.286.753,22	18.807.471,00	563.167.230,32
Lucro Líquido do Período	-	-	121.612.672,25	-	-	-	121.612.672,25
Aumento de Capital	141.800,88	(141.800,88)	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	10.000.000,00	-	-	-	-	10.000.000,00
Resultado Atuarial com Benefícios Pós emprego	-	-	-	-	-	15.964.793,00	15.964.793,00
Tributos Diferidos Portus -ORA	-	-	-	-	-	(137.692,63)	(137.692,63)
Transf Tributos Diferidos-ORA p/resultado	-	-	(137.692,63)	-	-	137.692,63	-
Constituição de Reservas	-	-	(92.624.671,96)	6.073.748,98	86.550.922,98	-	-
JCP a Pagar	-	-	(28.850.307,66)	-	-	-	(28.850.307,66)
SALDO EM 31/12/2024	386.085.864,20	10.383.247,12	-	17.677.643,76	232.837.676,20	34.772.264,00	681.756.695,28
DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	AFAC	Prejuízo ou Lucro Acumulado	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	TOTAL
				Reserva Legal	Reserva para Investimentos		
SALDO EM 31/12/2024	386.085.864,20	10.383.247,12	-	17.677.643,76	232.837.676,20	34.772.264,00	681.756.695,28
Lucro Líquido do Período	-	-	86.246.429,85	-	-	-	86.246.429,85
Aumento de Capital	3.118.210,80	(3.118.210,80)	-	-	-	-	-
Resultado Atuarial com Benefícios Pós emprego	-	-	-	-	-	4.261.917,68	4.261.917,68
Constituição de Reservas	-	-	(65.762.902,76)	4.312.321,49	61.450.581,27	-	-
JCP a Pagar	-	-	(20.483.527,09)	-	-	-	(20.483.527,09)
SALDO EM 31/12/2025	389.204.075,00	7.265.036,32	-	21.989.965,25	294.288.257,47	39.034.181,68	751.781.515,72

As Notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
Em Reais		
	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	86.246.429,85	121.612.672,25
Despesas (Receitas) que não Afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	22.186.940,28	20.535.709,45
Provisões Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	9.225.022,46	5.995.520,95
Perdas com Créditos de Liq. Duvidosa	2.863.337,31	9.032.608,90
Ganhos/Perdas de Capital	(462.689,12)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL)	45.492.585,98	47.998.559,53
Variações no Ativo e Passivo		
Variações no Ativo		
Contas a Receber	(5.921.254,12)	(11.494.711,32)
Variações de Estoque	(74.699,65)	(29.870,98)
Impostos e Contribuições a Recuperar	2.218.618,49	(781.098,57)
Imposto e Contribuição Pago por Estimativa	(40.998.403,00)	(29.883.701,25)
Outros Ativos Circulantes	(609.166,32)	(506.912,14)
Realizável a Longo Prazo	675.236,20	673.190,47
Direitos Contratuais de Arrendamentos	176.818.831,22	(164.611.332,30)
Variações no Passivo		
Fornecedores	(2.164.026,36)	(3.526.479,52)
Obrigações Trabalhistas	(676.023,91)	(1.228.503,65)
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	6.336.272,05	(10.451.799,80)
Benefício Pós Emprego	8.494.129,37	(17.639.152,82)
Outras Contas a Pagar	14.242.736,02	549.058,91
Outras Obrigações	134.697,98	310.379,65
Receitas Antecipadas	9.202.493,81	(1.764.140,84)
Receitas Diferidas	(3.389.980,84)	168.734.791,78
Outras Contas do Passivo não Circulante	(12.197.000,53)	(24.010.556,10)
DISPONIBILIDADES LIQ. GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	317.644.087,17	109.514.232,60
FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento do Imobilizado e Intangível	(249.944.537,13)	(26.014.456,92)
Convênio Itaipu	233.877.233,97	-
DISPONIBILIDADES LIQ. APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(16.067.303,16)	(26.014.456,92)
FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos / Juros S/ Capital Próprio Pagos	(28.850.307,66)	(27.779.393,99)
Adto. Recursos p/ Futuro Aumento de Capital	-	10.000.000,00
DISPONIBILIDADES LIQ.APLICADAS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(28.850.307,66)	(17.779.393,99)
DISPONIBILIDADES GERADAS (APLICADAS) NO EXERCÍCIO	272.726.476,35	65.720.381,69
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES		
No Início do Exercício	330.625.672,67	264.905.290,98
No Fim do exercício de 2025	603.352.148,54	330.625.672,67
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	272.726.475,87	65.720.381,69
As Notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis		

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Em Reais		
	31/12/2025	31/12/2024
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		
1) Receitas	436.563.659,43	416.488.065,86
1.1) Faturamento Bruto	164.095.018,20	178.415.843,22
1.2) Outras Receitas Operacionais	250.279.496,70	235.733.859,64
1.3) Resultados Não Operacionais	25.052.481,84	11.370.971,90
1.4) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.863.337,31)	(9.032.608,90)
2) Insumos Adquiridos de Terceiros	72.556.274,45	48.406.904,22
2.1) Custos das Mercadorias e Serviços Vendidos	47.883.726,05	28.474.801,21
2.2) Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e outros	24.672.548,40	19.932.103,01
3) Valor Adicionado Bruto (1-2)	364.007.384,98	368.081.161,64
4) Depreciação e Amortização	22.186.910,28	20.535.709,43
5) Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	341.820.474,70	347.545.452,21
6) Valor Adicionado Recebido em Transferência	80.702.875,57	29.983.747,45
6.1) Receitas Financeiras	80.702.875,57	29.983.747,45
7) Valor Adicionado a Distribuir (5+6)	422.523.350,27	377.529.199,66
8) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal	200.175.915,65	130.424.223,00
8.1.1) Remuneração	114.480.827,18	103.637.023,90
8.1.2) Benefícios	78.760.041,76	20.605.356,27
8.1.3) FGTS	6.935.046,71	6.181.842,83
8.2) Impostos , Taxas e Contribuições	128.512.864,70	123.507.229,49
8.2.1) Federal	108.385.226,21	108.393.021,49
8.2.2) Estadual	110.657,24	402.371,73
8.2.3) Municipal	20.016.981,25	14.711.836,27
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	7.588.140,07	1.985.074,92
8.3.1) Juros	7.588.140,07	1.985.074,92
8.4) Acionistas	86.246.429,85	121.612.672,25
8.4.1) Lucros (Prejuízos) Retidos	86.246.429,85	121.612.672,25
Distribuição do Valor Adicionado	422.523.350,27	377.529.199,66
As Notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis		

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ promoveu a revisão das normas e procedimentos das entidades exploradoras de Infraestrutura Portuária, instituindo o “Sistema de Contabilidade Aplicável ao Setor Portuário – SICRASP”. O referido documento contém o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2018.						
Balanco Social Anual / 2025						
1 - Base de Cálculo	2025 Valor (Em reais)			2024 Valor (Em reais)		
Receita Líquida (RL)	363.207.185			362.885.301		
Resultado Operacional (RO)	63.745.162			148.825.136		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	147.055.044			131.893.661		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	9.074.068,08	6,17%	2,50%	7.243.260	5,49%	2,00%
Encargos Sociais Compulsórios	34.629.060,61	23,55%	9,53%	28.932.914	21,94%	7,97%
Previdência Privada	2.939.787,29	2,00%	0,81%	6.895.540	5,23%	1,90%
Saúde	9.286.650,13	6,32%	2,56%	6.764.838	5,13%	1,86%
Segurança e Saúde no Trabalho	0,00	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	552.104,33	0,38%	0,15%	618.915	0,47%	0,17%
Cultura		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.628.038,58	1,11%	0,45%	1.501.169	1,14%	0,41%
Creches ou Auxílio-creche	107.971,18	0,07%	0,03%	103.003	0,08%	0,03%
Participação nos Lucros ou Resultados	5.120.881,77	3,48%	1,41%	7.212.577	5,47%	1,99%
Outros	2.317.103,32	1,58%	0,64%	2.021.489	1,53%	0,56%
Total - Indicadores Sociais Internos	65.655.665,29	44,65%	18,08%	61.293.706	46,47%	16,89%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das Contribuições para a Sociedade	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	96.659.916,37	151,63%	26,61%	99.262.961	66,70%	27,35%
Total - Indicadores Sociais Externos	96.659.916,37	151,63%	26,61%	99.262.961	66,70%	27,35%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a Produção/ Operação da Empresa	12.333.992	19,35%	3,40%	5.167.932	3,47%	1,42%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	148.652	0,23%	0,04%	141.970	0,10%	0,04%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	12.482.645	19,58%	3,44%	5.309.902	3,57%	1,46%
Quanto ao estabelecimento de “Metas Anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na Produção/ Operação e aumentar a eficácia na utilização de Recursos Naturais, a Empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2025			2024		
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	434			444		
Nº de Admissões durante o Período	3			9		
Nº de Empregados(as) Terceirizados(as)	117			105		
Nº de Estagiários(as)	62			60		
Nº de Empregados(as) acima de 45 anos	240			245		
Nº de Mulheres que trabalham na Empresa	118			119		
% de Cargos de Chefia ocupados por Mulheres	45,00%			47,43%		
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa	21			21		
% de Cargos de Chefia ocupados por Negros(as)	4,00%			3,85%		
Nº de Portadores(as) de Deficiência ou Necessidades Especiais	3			3		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025 Valor (Em reais)			2024 Valor (Em reais)		
Relação entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	22,75			20,03		
Número Total de Acidentes de Trabalho	5			3		
Os Projetos Sociais e Ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por:	() Direção	() Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)	() Direção	() Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho foram definidos por:	(X) Direção e Gerências	() Todos(as) Empregados(as)	() Todos(as) + Cipa	(X) Direção e Gerências	() Todos(as) Empregados(as)	() Todos(as) + Cipa
Quanto à Liberdade Sindical, ao direito de Negociação Coletiva e à Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as), a Empresa:	(X) Não se envolve	() Segue as Normas da OIT	() Incentiva e Segue a OIT	(X) Não se envolve	() Segue as Normas da OIT	() Incentiva e Segue a OIT
A Previdência Privada contempla:	() Direção	() Direção e Gerências	() Todos(as) Empregados(as)	() Direção	() Direção e Gerências	() Todos(as) Empregados(as)
A Participação dos Lucros ou Resultados contempla:	() Direção	() Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)	() Direção	() Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)
Na seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental adotados pela Empresa:	() Não são considerados	() São sugeridos	(X) São exigidos	() Não são considerados	() São sugeridos	(X) São exigidos
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	(X) Não se envolve	() Apóia	() Organiza e Incentiva	(X) Não se envolve	() Apóia	() Organiza e Incentiva
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as):	na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0	na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
% de Reclamações e Críticas Atendidas ou Solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na Empresa 100%	no Procon 0%	na Justiça 0%
Valor Adicionado Total a Distribuir (em R\$):	Em 2025..... 422.523.350,27			Em 2024..... 377.529.199,66		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	33,30% Governo 7,90% Acionistas 25,50% Reserva			35,15% Governo 6,71% Acionistas 20,22% Reserva		
7 - Outras Informações	Esta Companhia não utiliza de mão-de-obra infantil ou trabalho escravo,bem como não está envolvida com corrupção. Através de parcerias e convenios com a UFPA e empresas contribui para a geração de empregos indiretos.					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Pará – CDP, é uma Empresa Pública cuja criação foi autorizada pelo Decreto – Lei nº 155, de 10/02/1967, aprovada pelo Decreto nº 61.300 de 06/09/1967, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei nº 6.404, de 15/12/1976, no que lhe for aplicável pela Lei nº 12.815, de 05/06/2013, e pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais alterações, bem como por seu Estatuto Social, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, com prazo de duração indeterminado.

A CDP tem por objeto social exercer as funções de Autoridade Portuária e realizar a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Pará, em harmonia com os planos e programas do Ministério dos Portos e Aeroportos, por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA.

1.1. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações contábeis da CDP foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Geral – NBC TG, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pelas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações contábeis as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2025, tem sua divulgação autorizada pela Diretoria Executiva conforme reunião realizada em 09/03/2026.

A Administração da Companhia Docas do Pará – CDP apresenta o Relatório de Gestão pela Administração em Conjunto com o Relatório integrado, conforme IN TCU 84/2020 – Decisão Normativa -TCU 187/2020.

Esta publicação do TCU traz orientação para elaboração do Relatório de Gestão pelas unidades prestadoras de contas a partir do exercício de 2020. A publicação contém explicações sobre as regras gerais de prestação de contas estabelecidas na IN nº 84/2020, e os princípios do Relato integrado e também sobre o conteúdo dos capítulos do Relatório de Gestão em relação à estrutura básica para este relatório, indicada na Decisão Normativa TCU nº 187/2020, de modo a auxiliar de forma mais direta a sua elaboração.

3. BASE DE PREPARAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

BASE DE PREPARAÇÃO: A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

APURAÇÃO DO RESULTADO: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e moeda oficial do país, sem arredondamentos.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para o qual foram adquiridos ou contratados, e é determinada no reconhecimento inicial destes instrumentos financeiros:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

Adiantamentos, Empréstimos e Recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros com recebimento fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber em caixa ou equivalente de caixa.

Contas a Receber: As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamentos de áreas, pelos valores contratados. Estão incluídos nesta rubrica todos os serviços prestados e as receitas patrimoniais com arrendamentos até a data do encerramento do exercício, deduzidos das perdas estimadas para seu recebimento, com base no CPC 48. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 20 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes das operações da Companhia. Uma perda estimada para recebimento, ou seja, para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não receber os valores devidos, considerando o histórico no recebimento desses créditos e no parecer jurídico da empresa, quando envolverem análise de processos judiciais.

Estoques: Os estoques da Companhia são avaliados pelo custo médio de aquisição, e contemplam materiais utilizados para consumo das atividades da Companhia (almoxarifado), e estão classificados no Ativo Circulante.

Receitas Diferidas: Os Contratos assinados pela Companhia envolvem montantes de outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pelo arrendatário e a data de término do contrato de arrendamento.

Despesas Antecipadas: São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

Confissões de Dívidas: Reconhecidas pelo valor justo, no momento dos acordos, acrescidas de encargos e juros conforme previsão contratual.

Tributos a Compensar e a Recuperar: Correspondem aos valores acumulados de saldos negativos de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações, além das retenções tributárias de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS de clientes, e de aplicações financeiras ainda não aproveitados.

Depósitos / Bloqueios Judiciais e Contratuais: Representam valores de bloqueios judiciais e valores de depósitos dados em garantia em processos cíveis e trabalhistas, inclusive depósitos recursais, nos quais a Companhia é reclamada ou ré.

Imobilizado: Os Ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição de bens ou Custos de Construções, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condição de operação, deduzido da depreciação acumulada, e perdas por redução ao valor recuperável de ativos *“impairment”*. A depreciação é calculada pelo método linear, com as taxas determinadas pela Receita Federal do Brasil para fins fiscais, e pela vida útil estimada com base em laudos internos, para atender a legislação societária.

Intangível: O ativo intangível representa direitos de uso de softwares adquiridos e/ou desenvolvidos e são amortizados de acordo com o CPC 04.

Arrendamentos Operacionais: A Companhia possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional de acordo com a CPC 06, na qualidade de concessionário, decorrente de outorgas pela exploração de áreas portuárias, sendo efetuado pelos arrendatários pagamentos à Companhia em parcelas mensais, e como arrendatária de bens móveis. Todos os contratos em que figure como concessionário possuem cláusulas de Movimentação Mínima Contratual (MMC) de acordo com a logística de cada terminal, tendo essas cláusulas como parâmetro.

Provisões, Ativos e Passivos Contingentes: As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis, em ações nas quais a Companhia é parte reclamada ou ré de acordo com o grau de risco mensurado através de relatórios emitidos pela gerência jurídica da Companhia. O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A classificação de risco se dá em:

- Prováveis, para as quais são constituídas provisões na contabilidade;

- Possíveis, divulgadas em notas explicativas, sem que sejam provisionadas; e

- Remotas, cujas ações ou risco não requerem provisão ou divulgação em notas explicativas, sendo acompanhadas pela administração da Companhia.

Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Correntes e Diferidos

Impostos Correntes – A provisão ou receita para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável ou prejuízo / base fiscal do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. O valor da contribuição social sobre o lucro foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável.

Impostos Diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A constituição do imposto de renda diferido está em conformidade com o disposto no CPC 32.

Juros sobre Capital Próprios – JCP, Dividendos e Participações aos Empregados: Está previsto no Estatuto da Companhia e na legislação societária que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos, sendo que, a participação dos empregados não poderá exceder a 25% dos dividendos. A Companhia resolveu pagar JCP, aprovados pelo CONSAD, até o limite dos dividendos mínimos obrigatórios. Os JCP serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsão na Lei nº 9.249/1995.

Receitas e Despesas Financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os rendimentos de aplicações financeiras e juros auferidos sobre as contas a receber liquidado após o vencimento, e de créditos tributários, atualizados pela Selic. As despesas financeiras são representadas pelos juros incorridos de outras transações financeiras, parcelamentos e débitos fiscais.

Capital Social: É representado por 2.047.786.413 ações, sem valor nominal, sendo 1.023.893.207 ações ordinárias e 1.023.893.206 ações preferenciais no valor de R\$ 389.204.075,00.

As ações preferenciais, sem direito a voto são inconversíveis em ordinárias, porém asseguram a seus detentores prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição dos dividendos obrigatórios.

Demonstrações do Fluxo de Caixa: A Companhia elaborou a Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método indireto, conforme previsto no CPC 03.

Demonstrações do Valor Adicionado: Esta demonstração evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período que é apresentado, conforme estabelecido no CPC 09.

Plano de Benefício Previdenciários Portus 1 – PBPI: Há empregados ativos e inativos da Companhia que são beneficiários do Plano de Benefício Previdenciários Portus 1 – PBPI1, classificado como Benefício Definido, nos termos do CPC 33, sendo esta CDP uma das patrocinadoras deste plano. Este plano encontra-se sob intervenção da Previc, em razão do seu déficit atuarial.

Cobertura de Seguros: A Companhia mantém através do Contrato nº 57/2025, Apólice de Seguros da Tokio Marine Seguradora, referente a Seguro de Responsabilidade Civil de Operador Portuário de responsabilidade da Companhia Docas do Pará, além de manter junto a Porto Seguro, através do Contrato nº 37/2022, a apólice de seguro predial nº 0118.10.15.307-7, no endereço Sede e anexo.

CNPJ Matriz: O CNPJ extensão 0001, englobava a matriz e o Porto Organizado de Belém. Para melhor operacionalização no sistema ERP, geração de relatórios e apropriação de custos, a sede (matriz) foi segregada do porto organizado e, em razão disso, foi atribuído o número de CNPJ 04.933.552/0013-47, em conformidade com o Ato Declaratório Executivo RFB nº 34, de 23/08/2007.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Caixa e equivalente de caixa:

Representam numerário em espécie, saldos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com baixo risco de mudança de valor, e de alta liquidez. A rentabilidade da aplicação é diária, e os resgates ocorrem de acordo com a necessidade da Companhia, não apresentando aplicações de Longo Prazo.

Caixa e Equivalente de Caixa	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	3.370,76	3.216,30
Bancos Conta Movimento	4.349.669,38	4.049.938,55
Aplicações de Liquidez Imediata	598.999.108,40	326.572.517,82
Total	603.352.148,54	330.625.672,67

4.2. Aplicações Financeiras:

As aplicações financeiras da Companhia estão representadas por cotas de fundos de investimento de renda fixa. Para fins da elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, tais aplicações foram classificadas como equivalentes de caixa, uma vez que possuem liquidez imediata, com resgate automático, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, conforme definido pelo CPC 03 (R2).

As aplicações financeiras são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Os saldos registrados não excedem seus respectivos valores de mercado ou de realização, não havendo necessidade de constituição de provisão para perdas.

A Companhia considera que suas políticas de aplicação financeira possuem natureza de curto prazo e, dessa forma, tais aplicações não são caracterizadas como atividades de investimento para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nº	FUNDO DE INVESTIMENTO	CNPJ	RISCO	PRAZO
1	RF Automático Empresa	00.071.477/0001-68	1,3	Resgate Automático (Curto Prazo) - Rendimento Mensal
2	BB Extram FAE	00.194.256/0001-87	1	Resgate Automático (Curto Prazo) - Rendimento Mensal
3	BB RF SD Diferenciad	02.506.721/0001-01	1,5	Resgate Automático (Curto Prazo) - Rendimento Mensal
4	BB RF SD Super	20.743.601/0001-00	1,5	Resgate Automático (Curto Prazo) - Rendimento Mensal
5	BB RF CP Clássico	02.010.147/0001-98	1	Resgate Automático (Curto Prazo) - Rendimento Mensal

**Classificação de risco conforme metodologia adotada pela instituição financeira administradora dos fundos.*

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - LÍQUIDAS

As contas a receber de clientes são demonstradas por Contas a Receber Operacional e Contas a Receber patrimonial:

Contas a Receber de Clientes	31/12/2025	31/12/2024
Contas a Receber Operacional	113.392.003,63	111.480.074,57
Contas a Receber Patrimonial	41.127.188,47	37.117.863,41
Valor Total Bruto	154.519.192,10	148.597.937,98
(-) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(41.739.501,48)	(39.128.443,87)
Valor Total Líquido	112.779.690,62	109.469.494,11

Demonstrativo PECLD	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2025
PECLD- Fiscal	19.688.249,47	3.534.949,05	(690.805,90)	22.532.392,62
PECLD – Societária	19.440.194,40	2.091.379,20	(2.324.464,74)	19.207.108,86
Total	39.128.443,87	5.626.328,25	(3.015.270,64)	41.739.501,48

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, e o valor faturado corresponde ao preço da tarifa vigente no dia da prestação do serviço ou, no caso de arrendamento, ao valor do contrato. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, as contas a receber são registradas pelo valor original das operações realizadas de prestação de serviços e locações, ajustadas ao valor presente quando aplicável, e deduzidas do saldo de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise individual e em parâmetros históricos de inadimplência.

O prazo médio de recebimento é de 20 dias, período considerado como parte das condições normais de negócios inerentes ao funcionamento da Companhia. As perdas de cobrança estimadas, ou seja, reduções nos valores recuperáveis são efetuadas quando há evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os pagamentos devidos, levando em consideração o histórico de recebimento desses credores e o parecer jurídico da Companhia quando se trata de análise judicial.

A Companhia provisiona as perdas no recebimento de créditos na contabilidade, considerando o disposto na Lei fiscal nº 9.430/1996, e para os títulos que não atendem às disposições desta Lei, o reconhecimento é estimado com base na Legislação Societária nº 6.404/1976.

A seguir demonstramos os saldos das contas a receber, conforme ordem cronológica de vencimento:

Aging List 31/12/2025	Qtde	Saldo em R\$
Descrição		
Vencidos há mais de 730 dias	2.972	109.486.709,61
Vencidos há mais de 365 dias	922	7.446.941,28
Vencidos entre 181 e 365 dias	302	3.381.334,95
Vencidos entre 151 e 180 dias	32	407.621,11
Vencidos entre 121 e 150 dias	66	526.407,41
Vencidos entre 91 e 120 dias	42	1.082.489,46
Vencidos entre 61 e 90 dias	63	2.500.201,33
Vencidos entre 31 e 60 dias	43	527.146,68
Vencidos entre 01 e 30 dias	77	2.293.146,92
A vencer	352	26.867.193,35
Total de Contas a Receber	4.871	154.519.192,10

Os valores em aberto com maior representatividade no Contas a Receber estão relacionados com a cobrança das tarifas de acesso aquaviário da Tabela I, que são faturadas para os Terminais de Uso Privativo – TUP, destacando as empresas Imerys Rio Capim S/A, Hidrovias do Brasil e Pará Pigmentos, que se encontram em trâmite judicial.

No final do exercício de 2025, os valores em aberto para esta modalidade representaram a quantia de R\$ 73.077.932,62 (Setenta e Três Milhões, Setenta e Sete Mil, Novecentos e Trinta e Dois Reais e Sessenta e Dois centavos), o equivalente de 47,29% do valor global dos Contas a Receber, tendo sido provisionada a PECLD das faturas da Pará Pigmentos S/A, no valor de R\$ 1.657.166,84.

Os valores em comento tratam de ações movidas por empresa que questionam a incidência ou não de determinadas tarifas portuárias, e neste sentido a Companhia entende, baseada em pareceres jurídicos internos, e decisões judiciais que as tarifas são devidas por estas empresas e dessa forma ser incabível qualquer reconhecimento de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

De acordo com a Nota nº 18/2026/SUCONT-CDP/GEJURI-CDP/DIRPRE-CDP, o Setor Jurídico da Companhia avalia que as empresas em questão não estão em situação de inadimplência, haja vista que as cobranças estão suspensas por determinação judicial, mediante apresentação de caução nos processos judiciais, até decisão final sobre as causas.

6. ESTOQUES

Os valores são registrados pelos seus valores de custo e correspondem a materiais para consumo da Companhia, assim distribuídos:

Estoques	31/12/2025	31/12/2024
Materiais de Consumo	191.903,22	117.203,57

7. TRIBUTOS A COMPENSAR E RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação, seja por meio de compensação, ressarcimento ou dedução. Esses créditos tributários incluem impostos retidos sobre faturas emitidas para outras sociedades de economia mista federais, retenções na fonte de Imposto de Renda sobre o resgate de aplicações financeiras e depósitos judiciais, além de saldos negativos de IRPJ e CSLL.

Tributos a Compensar e Recuperar	31/12/2025	31/12/2024
Outros Tributos pagos a Maior	689.326,10	689.326,10
Outros Tributos a Recuperar	-	854.131,21
Saldo Negativo IRPJ	6.391.531,40	7.235.890,15
Saldo Negativo CSLL	1.825.430,35	2.345.558,88
Total	8.906.287,85	11.124.906,34

8. DESPESAS ANTECIPADAS E OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Nestas contas são registrados valores referentes a adiantamentos com pequenos gastos de despesas, adiantamento a fornecedor, adiantamentos e benefícios a empregados, bem como outros valores a receber.

8.1- Despesas Antecipadas	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de Seguro a Apropriar	3.181,99	23.333,36
Total	3.181,99	23.333,36
8.2- Outros ativos circulantes	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	108.373,48	46.869,66
Empréstimo de Férias	1.103.157,67	1.067.593,98
Antecipação de Férias	1.441.040,89	1.283.808,70
Insuficiência de saldo em folha	489.707,88	417.376,11
Adiantamento Salário / A recuperar	70.224,60	71.224,60
Demais valores a receber	20.919,48	13.474,36
Servidores cedidos a outros Órgãos	2.257.812,99	1.961.571,89
(-) Perdas estimadas no Rec. de Crédito	(2.020.699,55)	(1.907.999,26)
Total	3.470.537,44	2.953.920,04

9. PARTES RELACIONADAS

A Companhia Docas do Pará possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, divulgada em sua página eletrônica. Esta política tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações. A política é aplicável a todos os membros dos órgãos estatutários e empregados da CDP, independente de cargos ou funções exercidas, respeitando as demais normas internas, assim como legislações nacionais e internacionais aplicáveis.

Dentre as transações realizadas pela CDP com suas partes relacionadas, destacamos os valores decorrentes de cessão de funcionários a outros Órgãos, conforme quadro abaixo:

Partes Relacionadas	31/12/2025	31/12/2024
Ministério da Ciência e Tecnologia	157.307,44	157.307,44
Ministério da Infraestrutura	534.525,43	534.525,43
Ministério do Transporte -DNIT	51.253,71	75,69
Ministério da Economia	151.892,44	76.470,77
Secretaria dos Portos -SNPTA	32.189,84	32.189,84
Sup. Estadual da Polícia Federal- DPF	394.738,46	225.097,05
Santos Port Authority (SPA)	44.086,75	44.086,75
Dataprev	267.755,68	267.755,68
Total Partes Relacionadas	1.633.749,75	1.337.508,65
Partes não Relacionadas	31/12/2025	31/12/2024
ALEPA- Assembleia Legislativa -PA	608.293,83	608.293,83
Secretaria do Estado Educação DF	15.769,41	15.769,41
Total Partes não Relacionadas	624.063,24	624.063,24
(-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.958.674,38)	(1.856.362,74)
Total	299.138,61	105.209,15

10. DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS -OUTORGAS E VPL POSITIVO

Os valores registrados referem-se, via de regra, a montantes a receber pela outorga dos contratos de arrendamento. Além disso, em 2024, acrescentou-se a este montante das outorgas o Valor Presente Líquido (VPL) positivo decorrente da prorrogação do Contrato de Arrendamento firmado com a empresa Cargill Agrícola S/A. Nesse sentido, em 2024, a Companhia Docas do Pará (CDP) e a Cargill Agrícola S/A assinaram o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 25/99, prorrogando sua vigência por mais 25 anos. Nesse contexto, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato pelos seus 25 anos de prorrogação, resultou na equação econômico-financeira da prorrogação um Valor Presente Líquido (VPL) positivo no valor de R\$ 97.336.236,17. Deste modo, o VPL positivo supramencionado poderia ser diluído ao longo do contrato, dentro das outorgas fixas e variáveis, entretanto, foi deliberado entre Poder Concedente, CDP e Arrendatária a recepção antecipada desse montante, e, assim consignado no terceiro termo aditivo a obrigação da arrendatária Cargill Agrícola S.A efetuar, até junho/2025, o pagamento para a CDP do valor do VPL positivo devidamente atualizado pelo IPCA com data base de dezembro/2014 até a respectiva data de pagamento

Em junho de 2025, a Cargill Agrícola S.A realizou o pagamento do referido montante, totalizando R\$ 174.910.617,00.

Arrendatários	31/12/2025	31/12/2024
Fasfrete Tecnologia e Logística LTDA.	3.045.660,75	3.916.595,16
Transpetro S/A BEL 09	12.829.138,06	18.540.636,34
Cargill Agrícola S/A	-	170.236.398,53
Total	15.874.798,81	192.693.630,03
10.1- Ativo Circulante	7.436.653,51	177.483.834,45
10.2- Ativo Não Circulante	8.438.145,30	15.209.795,58

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

Atendendo ao disposto no CPC 32, a Companhia mantém saldos de IRPJ e CSLL diferidos decorrentes de diferenças temporárias, reconhecimento de provisões trabalhistas e cíveis, déficit atuarial da previdência privada (Portus), e diferenças de taxas de depreciação com base na vida útil, que para algumas espécies de bens, são diferentes das permitidas pela Receita Federal do Brasil, previstas na IN RFB nº 1.700/2017.

A Companhia entende que haverá lucros tributáveis nos exercícios subsequentes para aproveitamento destes valores. A seguir, mapa de conciliação dos valores:

ATIVO DIFERIDO	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Diferenças Temporárias - IRPJ -25%	25.447.999,60	2.109.283,45	(3.472.022,03)	24.085.261,02
Provisões/ Reversões	12.580.351,51	844.942,22	(3.472.022,03)	9.953.271,70
Diferença Ajuste Depreciação	6.826.802,86	1.264.341,23	-	8.091.144,09
Diferença temporária- Ajustes Portus	6.040.845,23	-	-	6.040.845,23
Diferenças Temporárias – CSLL -9%	9.156.625,54	759.342,02	(1.249.927,93)	8.666.039,63
Provisões/Reversões	4.738.611,03	304.179,19	(1.249.927,93)	3.792.862,29
Diferença Ajuste Depreciação	2.243.310,45	455.162,83	-	2.698.473,28
Diferença temporária- Ajustes Portus	2.174.704,06	-	-	2.174.704,06
Total	34.604.625,14	2.868.625,47	(4.721.949,96)	32.751.300,65

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia que estão depositados e mantidos em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem a processos trabalhista e cível. Estes valores foram corrigidos de acordo com os índices oficiais e reconhecidos como receita financeira no período.

Depósitos/Bloqueios Judiciais	31/12/2025	31/12/2024
Cível e Trabalhista Banco do Brasil	6.023.605,74	6.157.954,43
Cível e Trabalhista Caixa Econômica	1.431.056,50	3.764.118,77
Total	7.454.662,24	9.922.073,20

13. RECURSOS A RECEBER DA UNIÃO CONVÊNIOS

Representam direitos recebíveis de saldo de convênio com Administração Hidroviárias de exercícios passados, reembolsos de despesas de salário com servidores cedidos a outros órgãos.

14. INVESTIMENTOS

Compreendem as participações permanentes em outras sociedades, avaliadas pelo custo, que não se destinem à manutenção da atividade da Companhia. São valores oriundos de registro de incentivos fiscais e investimentos em participação societária de outras sociedades.

INVESTIMENTOS	31/12/2025	31/12/2024
Incentivos Fiscais	9.449,03	9.449,03
Diferença CM BTNF/IPC	9.495,27	9.495,27
Participações em Outras Sociedades	114.847,97	114.847,97
Direto Uso Linha Telefônica TELEGOIAS / TELEAMAPA	5.787,14	5.787,14
Recursos Bloqueados BASA	691.828,58	691.828,58
(-) Provisão de Perdas em Investimento	(831.407,99)	(691.828,58)
Total	-	139.579,41

15. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e pela perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), se verificado.

A depreciação é calculada segundo o método linear. Em 2025 a Companhia realizou estudos de vida útil nos termos do CPC 27, e utilizou estas taxas para fins de depreciação, com controle fiscal, atendendo assim a legislação societária e fiscal. O controle está sendo realizado em contas específicas. As taxas aplicáveis foram:

Item	Vida útil - anos	Taxa de depreciação anual
Dragagem	50	2%
Berços e Cais	50	2%
Sinalização	5	20%
Pátios e pavimentações	5 a 25	4% a 20%
Edificações	50	2%
Instalações	10	10%
Equipamentos de Informática	5	20%
Software	5	20%

A Companhia realizou, com data-base em 31 de dezembro de 2025, o teste de recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e, com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Em razão de seu porte e faturamento, a Companhia está obrigada à adoção do conjunto completo das normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), nos termos da Lei nº 13.303/2016. Nos termos da referida legislação, aplicam-se, ainda, à Companhia as disposições da Lei nº 6.404/1976 e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) relativas à escrituração contábil e à elaboração das demonstrações financeiras.

A seguir demonstrativo do Ativo Imobilizado:

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)					
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Infraestrutura Marítima	19.674.791,05	283.395,00	-	(1.550.044,52)	387.918,76	18.796.060,29
Infraestrutura de Acostagem	124.175.723,02	-	-	(7.276.028,41)	10.001.325,54	126.901.020,15
Infraestrutura Terrestre	46.516.602,45	-	-	(6.364.068,25)	121.441,13	40.273.975,33
Armazenagem	10.156.716,51	-	-	(379.788,60)	-	9.776.927,91
Equipamentos	13.437.073,63	1.641,89	-	(1.183.671,00)	2.823.258,90	15.078.303,42
Terreno	1.328.240,27	-	-	-	-	1.328.240,27
Edificações e Benfeitorias	53.609.653,12	-	(480.300,00)	(2.221.131,11)	2.260.638,92	53.168.860,93
Instalações	33.716.415,00	26.553,46	-	(1.146.168,65)	-	32.596.799,81
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	9.818.227,78	149.992,00	-	(1.220.520,66)	-	8.747.699,12
Equipamento de Informática	636.616,07	564.787,62	-	(326.687,26)	-	874.716,43
Sistema Aplicativo (Software)	480.878,18	47.174,03	-	-	-	528.052,21
Móveis e Utensílios	714.336,73	-	-	(122.939,03)	-	591.397,70
Veículos	19.978,60	-	-	(8.599,93)	-	11.378,67
Impairment- Bens e Operações	(1.312.100,00)	-	-	-	-	(1.312.100,00)
Impairment – Bens da Administração	(592.003,10)	-	-	-	-	(592.003,10)
Imobilizado em Andamento	55.594.718,02	249.255.585,25	-	-	(15.594.583,25)	289.255.720,02
TOTAL	367.975.867,33	250.329.129,25	(480.300,00)	(21.799.647,42)	-	596.025.049,16

DESCRIÇÃO	31/12/2025				31/12/2024	
	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO		VALOR LÍQUIDO	
Infraestrutura Marítima	40.312.893,74	(21.516.833,45)	18.796.060,29		19.674.791,05	
Infraestrutura de Acostagem	298.238.188,81	(171.337.168,66)	126.901.020,15		124.175.723,02	
Infraestrutura Terrestre	90.256.392,56	(49.982.417,23)	40.273.975,33		46.516.602,45	
Armazenagem	18.224.812,24	(8.447.884,33)	9.776.927,91		10.156.716,51	
Equipamentos	32.550.710,74	(17.472.407,32)	15.078.303,42		13.437.073,63	
Terreno	1.328.240,27	-	1.328.240,27		1.328.240,27	
Edificações e Benfeitorias	98.180.628,73	(45.011.767,80)	53.168.860,93		53.609.653,12	
Instalações	45.372.330,17	(12.775.530,36)	32.596.799,81		33.716.415,00	
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	16.352.486,15	(7.604.787,03)	8.747.699,12		9.818.227,78	
Equipamento de Informática	7.275.144,74	(6.400.428,31)	874.716,43		636.616,07	
Sistema Aplicativo (SOFTWARE)	1.083.905,46	(555.853,25)	528.052,21		480.878,18	
Móveis e Utensílios	3.882.912,50	(3.291.514,80)	591.397,70		714.336,73	
Veículos	136.760,32	(125.381,65)	11.378,67		19.978,60	
Impairment- Bens e Operações	(1,312.100,00)	-	(1,312.100,00)		(1,312.100,00)	
Impairment – Bens da Administração	(592.003,10)	-	(592.003,10)		(592.003,10)	
Imobilizado em Andamento	289.255.720,02	-	289.255.720,02		55.594.718,02	
TOTAIS	940.547.023,35	(344.521.974,19)	596.025.049,16		367.975.867,33	

16. INTANGÍVEL

Refere-se à licença de softwares adquiridos, destinados à manutenção da atividade da Companhia deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)				
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	(-) Amortização	Saldo em 31/12/2025
Sistemas Aplicativos e Software	8.405.458,85	540.756,00	-	(369.651,86)	8.576.562,99
TOTAL	8.405.458,85	540.756,00	0,00	(369.651,86)	- 8.576.562,99

DESCRIÇÃO	31/12/2025			31/12/2024	
	CUSTO	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Sistemas Aplicativos e Software	10.959.959,22	(2.383.396,23)	8.576.562,99	8.405.458,85	
TOTAIS	10.959.959,22	(2.383.396,23)	8.576.562,99	8.405.458,85	

17. FORNECEDORES

A conta fornecedores compreende os saldos a pagar decorrentes das aquisições de bens e serviços necessários às operações portuárias, incluindo a aquisição de peças e equipamentos, materiais de consumo, serviços de segurança, manutenção, bem como outras prestações de serviços essenciais às atividades da Companhia.

Forneedores (PC)	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedor de Materiais	51.758,76	228.191,45
Fornecedor de Serviços	2.015.466,92	4.008.902,98
Prestador Serviços Autônomo/Conselheiro	41.909,08	36.066,69
Total	2.109.134,76	4.273.161,12

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os valores representam os registros das obrigações trabalhistas, salários, rescisões, e de férias e seus respectivos encargos os quais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Obrigações Trabalhistas a Pagar	31/12/2025	31/12/2024
Salários e Remunerações a pagar	69.828,84	67.320,74
PLR a pagar	5.234.257,63	7.330.063,86
Férias a Pagar	15.609.679,41	12.779.915,75
Rescisões a pagar	50.445,75	51.762,29
Provisão ACT -Acordo Coletivo de Trabalho	-	1.411.172,90
Total	20.964.211,63	21.640.235,54

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As obrigações fiscais e previdenciárias estão demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço.

Obrigações Fiscais e Previdenciárias	31/12/2025	31/12/2024
INSS a Pagar	2.826.483,34	2.475.318,45
FGTS	1.097.801,95	919.474,37
Portus Folha/Patronal	61.795,14	54.889,34
IRRF Empregados e Prestadores	2.932.799,46	2.452.098,17
COFINS s/Faturamento	2.975.559,39	2.813.539,14
PIS s/ Faturamento	628.992,91	603.305,78
Impostos Retidos- Lei nº 10.883/2003	3.451.687,81	291.407,69
INSS – Retido na Fonte	141.530,64	118.477,77
ISS s/ Faturamento	161.500,75	120.633,86
ISS Retido na Fonte	1.866.563,17	147.800,69
Parcelamento IPTU	1.037.186,01	-
Total	17.181.900,57	9.996.945,26

20. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGOS - PORTUS

O Plano de Benefícios PORTUS 1, também denominado BPP1, é um plano previdenciário complementar de aposentadorias e pensões, assimeladas as do Regime Geral de Previdência Social, estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), destinado às pessoas físicas vinculadas às Patrocinadoras do Plano que permanecem inscritas no plano, na forma da legislação em vigor e nos termos do Regulamento do Plano, do Estatuto do Instituto e do Convênio de Adesão. Está fechado para novas adesões desde maio/2010.

O Plano de Benefício Pós Emprego, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda.

Termo de Confissão de Dívida:

No segundo trimestre de 2025, foi celebrado entre a Companhia Docas do Pará (CDP) e o Instituto de Seguridade Social – PORTUS, o Termo de Composição e Ajuste da Dívida (TCD), com objetivo de extinguir os processos judiciais, abaixo citados:

PROCESSO	VARA	ASSUNTO
5064559-08.2020.4.02.5101	1ª VARA FEDERAL	CONTRIBUIÇÕES
0506373-93.2015.4.02.5101	17ª VARA FEDERAL	RESERVA TEMPO DE SERVIÇO -RTSA

O referido acordo foi resultado de tratativas conduzidas conjuntamente com o Ministério de Portos e Aeroportos, a Advocacia-Geral da União, o PORTUS, e suas respectivas patrocinadoras.

Em razão da formalização do acordo, o Termo de Confissão de Dívida (TCF) anteriormente firmado foi considerado cancelado, sendo efetuada a baixa integral do respectivo saldo contábil, no montante de R\$ 40.340.763,11, excluindo-se os encargos financeiros. Os efeitos contábeis dessa baixa, refletiram-se nos seguintes lançamentos:

- R\$ 26.246.371,29 registrado como Outras Receitas Operacionais; (vide NE-34)
- R\$ 14.094.391,82 registrado como Receitas Financeiras (vide NE-35)

Adicionalmente, foi reconhecida uma nova obrigação decorrente do novo acordo no valor de R\$ 56.964.054,87, registrada como Despesa. (vide NE-33)

Para fins de aplicação do CPC 01, foi avaliada a capacidade dos ativos de gerar entradas de caixa de forma independente. Quando não identificada geração individualizada, os ativos foram agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), definidas como o menor grupo identificável de ativos capaz de gerar entradas de caixa em grande parte independentes das demais unidades.

Foram definidas as seguintes UGCs:

Unidade Geradora de Caixa – Porto Vila do Conde
Unidade Geradora de Caixa – Miramar
Unidade Geradora de Caixa – Santarém
Unidade Geradora de Caixa – Itaituba
Unidade Geradora de Caixa – Outeiro
Unidade Geradora de Caixa – Belém
Unidade Geradora de Caixa – Altamira

Como ativos corporativos, temos:

Ativo Corporativo – Sede

Para as UGCs superavitárias, o valor recuperável foi determinado com base no **valor em uso**, mediante a metodologia do fluxo de caixa descontado, considerando projeções para os próximos cinco exercícios, elaboradas com base no histórico de geração de caixa, crescimento de receitas e despesas e planejamento estratégico da Companhia.

A taxa de desconto adotada foi de **14,88% ao ano**, composta pela taxa básica de juros da economia brasileira (SELIC), fixada em 15,00% ao ano em 2025, ajustada pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que apresentou variação negativa de 0,12% no exercício. A taxa reflete o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos associados aos fluxos de caixa projetados, em conformidade com o CPC 01.

A vida útil remanescente ponderada dos ativos integrantes das UGCs foi estimada em **22,06 anos**, conforme estudo técnico interno de revisão de vida útil realizado pela Comissão competente, em consonância com o CPC 27.

Para as UGCs deficitárias, o valor recuperável foi determinado com base no **valor justo líquido das despesas de venda**, apurado pela abordagem de custo, nos termos do CPC 46, considerando o custo de reposição dos ativos ajustado por taxa de obsolescência de 50%, exceto para o Porto de Outeiro, cujas obras foram concluídas recentemente em 2025, não sendo aplicada obsolescência em razão da inexistência de desgaste físico, funcional ou econômico na data-base do teste.

Com base nas premissas adotadas e nos testes realizados, a Administração concluiu que os valores contábeis das Unidades Geradoras de Caixa e dos ativos corporativos não excedem seus respectivos valores recuperáveis em 31 de dezembro de 2025.

Assim, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Abaixo a demonstração dos saldos:

Benefícios Pós Emprego- Portus	31/12/2025	31/12/2024
Plano de Equacionamento		
TCF- Termo de Compromisso Financeiro	-	40.613.965,63
TCD- Termo de Compromisso de Dívida	54.664.393,00	-

Déficit Atuarial	-	5.556.298,00
TOTAL	54.664.393,00	46.170.263,63
20.1- Passivo Circulante	7.500.926,57	3.610.085,63
20.2- Passivo Não Circulante	47.163.466,43	42.560.178,00

Para o cálculo atuarial deste exercício, foi contratada através ABEPH (Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias), a Empresa ROFX Partners, com objetivo de apresentar o valor presente das obrigações atuariais de 31/12/2025 relacionadas aos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus colaboradores, relativos ao Plano de Benefícios Previdenciários - CDP, atualmente administrado pela Portus Instituto de Seguridade Social – PORTUS.

De acordo com a Empresa ROFX Partners, responsável pelo cálculo, o passivo atuarial calculado segundo os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1), encontra-se integralmente coberto pelo valor do compromisso formal assumido pela patrocinadora por meio do Termo de Confissão de Dívida (TCD). Dessa forma, considera-se que a obrigação formal garante a cobertura plena da obrigação atuarial na data base 31/12/2025.

Patrocinadora	CDP	CDP
	Plano de Benefícios Previdenciários - CDP	Plano de Benefícios Previdenciários - CDP
Nome do plano	PBP CDP	PBP CDP
	Brasil	Brasil
Sigla	31/12/2025	31/12/2024
País	BRL (R\$)	BRL (R\$)
Data base		
Informações da moeda		

A. Alteração na obrigação de benefício definido	31/12/2025	31/12/2024
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	75.944.239	81.915.799
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço atual	-12.269	-14.402
b. Custo do serviço passado		
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano		
3. Custo dos juros	2.175.802	2.094.089
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	-3.009.762	-2.003.025
b. Benefício pago diretamente pela empresa		
c. Pagamento pelo plano decorrente de liquidação antecipada		
d. Pagamento pela empresa decorrente de liquidação antecipada		
e. Contribuições do participante	508.451	422.259
f. Despesas administrativas incluídas na obrigação		
g. Impostos incluídos na obrigação		
h. Prêmios de seguro para benefícios de risco		
5. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências		
6. Redimensionamento da obrigação	9.622.846	-6.021.552
a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas	-	-431.217
b. Efeito de mudanças nas premissas financeiras	9.542.988	-6.786.205
c. Efeito dos ajustes de experiência	79.859	1.195.870
7. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio		
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	85.229.308	76.393.169

B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/12/2025	31/12/2024
1. Valor justo dos ativos do plano no final do ano anterior	67.857.933	29.643.243
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	1.911.673	730.674
3. Fluxos de caixa		
a. Contribuições totais do empregador		
(i) Contribuições do empregador	2.401.394	1.815.006
(ii) Pagamentos diretos de benefícios ao empregador		
(iii) Pagamentos diretos de liquidação pelo empregador		
b. Contribuições do participante	508.451	422.259
c. Pagamentos de benefícios dos ativos do plano	-3.009.762	-2.003.025
d. Pagamentos de benefícios do empregador		
e. Serviços de custo de serviços passados dos ativos do plano		
f. Pagamentos de liquidação de ativos do plano		
g. Pagamentos de liquidação do empregador		
h Despesas administrativas pagas de ativos do plano		
i. Impostos pagos de ativos do plano		
4. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências		
b. Aumento (redução) devido a combinações de planos		
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Retorno sobre os ativos do plano (excluindo receita de juros)	4.174	-385.253
6. Efeito de mudanças nas taxas de câmbio		
7. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	69.673.863	30.222.906

SALDO RESIDUAL DE AFAC:

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital realizado pela União que ainda não foram incorporados ao Capital Social da Companhia - R\$ 1,00			
Data do Aporte	Valor Principal do Aporte	Saldo em 31/12/2025	
31/12/21	1.000.000,00	-	
22/07/24	2.611.349,55	-	
02/08/24	7.388.650,45	7.265.036,32	

30.4- RESERVA LEGAL

Conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve transferir, antes de qualquer destinação, 5% do lucro líquido anual para reserva legal até que o seu valor seja equivalente a 20% do capital integralizado. A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital Social, e apenas poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital Social.

RESERVA LEGAL 5%	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do Líquido do Exercício	86.246.429,85	121.612.672,25
Tributo diferido - ORA - PORTUS	-	(137.692,63)
Base de Cálculo Reserva Legal	86.246.429,85	121.474.979,62
Total	4.312.321,49	6.073.748,98

30.5- RESERVAS DE INVESTIMENTOS

Conforme plano de investimentos da Companhia foi constituído reserva de investimentos sobre o valor residual do resultado de lucros acumulados após dedução da Reserva Legal e dividendos mínimos obrigatórios, conforme base a seguir:

RESERVA DE INVESTIMENTOS	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício	86.246.429,85	121.612.672,25
Tributo diferido - ORA - Portus	0,00	(137.692,63)
Reserva Legal	(4.312.321,49)	(6.073.748,98)
Dividendos/JCP	(20.483.527,09)	(28.850.307,66)
Total	61.450.581,27	86.550.922,98

Apresentamos abaixo a Receita por Unidade Portuária, e por classificação de tabela:

RECEITA BRUTA POR UNIDADE PORTUÁRIA -2025								
	Belém	Santarém	Altamira	Itaituba	Óbidos	Vila do Conde	Sede	Consolidado
RECEITA BRUTA	86.378.387,11	72.957.385,59	-	12.977,49	1.017,11	256.249.987,94	1.480.341,15	417.080.096,39
RECEITA SERVIÇO PORTUÁRIO	19.155.089,46	51.270.125,98	-	12.977,49	1.017,11	85.177.625,71	82.909,26	155.699.745,01
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	5.578.888,21	43.077.089,85	-	0,00	-	46.819.054,26	-	95.475.032,32
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	1.664.147,60	1.902.761,40	-	3.256,31	-	3.196.704,16	-	6.766.869,47
Receitas da Infraestrutura Operacional ou terrestre	10.320.638,37	5.325.401,16	-	9.716,59	-	29.817.172,56	-	45.472.928,68
Receitas de Armazenagem	65.497,14	294.235,14	-	4,59	-	-	-	359.736,87
Receitas por Utilização de Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
-Receitas por Diversos Padronizados	1.271.350,38	656.623,03	-	-	1.017,11	5.326.517,73	82.909,26	7.338.417,51
Receitas com Contratos de Uso Temporários	254.567,76	14.015,40	-	-	-	18.177,00	-	286.760,16
RECEITAS ALTERNATIVAS/ACESSÓRIAS	9.056.554,43	2.873,30	-	-	-	643.995,06	1.397.431,89	11.100.854,68
RECEITAS -CONTRATO DE ARRENDAMENTOS	58.166.743,22	21.684.386,31	-	-	-	170.428.367,17	-	250.279.496,70

RECEITA BRUTA POR UNIDADE PORTUÁRIA -2024								
	Belém	Santarém	Altamira	Itaituba	Óbidos	Vila do Conde	Sede	Consolidado
RECEITA BRUTA	102.526.199,93	76.655.101,27	125.205,72	2.226.166,73	-	240.560.583,50	1.481.206,46	423.574.463,61
RECEITA SERVIÇO PORTUÁRIO	29.607.316,12	48.393.670,53	125.205,72	2.226.166,73	-	80.633.636,48	72.573,35	161.058.568,93
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	6.483.609,91	40.589.110,48	-	-	-	47.889.650,24	-	94.962.370,63
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	6.166.984,26	2.050.789,09	63.814,70	552.537,41	-	2.719.152,43	-	11.553.277,89
Receitas da Infraestrutura Operacional ou terrestre	15.601.314,76	4.683.452,98	59.291,86	1.673.151,38	-	23.495.063,09	-	45.512.274,07
Receitas de Armazenagem	131.218,88	461.858,77	-	477,94	-	310.524,57	-	904.080,16
Receitas por Utilização de Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas por Diversos Padronizados	980.988,51	608.459,21	2.099,16	-	-	6.219.246,15	72.573,35	7.883.366,38
Receitas com Contratos de Uso Temporários	243.199,80	-	-	-	-	-	-	243.199,80
RECEITAS ALTERNATIVAS/ACESSÓRIAS	8.612.753,17	13.891.506,32	-	-	-	2.869.142,44	1.408.633,11	26.782.035,04
RECEITAS -CONTRATO DE ARRENDAMENTOS	64.306.130,64	14.369.924,42	-	-	-	157.057.804,58	-	235.733.859,64

32. CUSTOS OPERACIONAIS

Neste quadro, a Companhia detalha a composição dos gastos necessários para a prestação dos serviços ou de arrendamento. Compõe-se basicamente dos gastos dos Portos que estão sobre a administração da Companhia. Os principais impactos nos custos foram os seguintes:

- O aumento nos custos com pessoal decorre, principalmente, do reajuste salarial de 4,34% com assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024/2025 em dezembro/2024, incluindo o pagamento de folhas retroativas decorrentes deste acordo, bem como às diferenças salariais relacionadas à Promoção do Plano de Empregos e Salários (PES).
- Adicionalmente, verificou-se aumento nos custos com serviços de terceiros, especialmente em função da execução de serviços de dragagem e manutenção dos berços externos dos píeres do terminal petroquímico de Miramar, conforme Contrato nº 18/2025. A necessidade de dragagem a ser executada no Terminal Petroquímico de Miramar, foi outrora abordada como essencial para garantir profundidades seguras e adequadas no canal de acesso e nas áreas de atracação, sendo o principal polo logístico para recebimento e distribuição de combustíveis do estado do Pará.

CUSTOS OPERACIONAIS	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais.	111.938.442,34	99.341.459,70
Serviços de Terceiros	32.030.845,26	16.407.000,88
Depreciação e Amortização	15.960.424,88	14.860.801,46
Utilidades, Serviços e Materiais.	11.833.154,62	10.481.554,17
Outros Custos	420.259,94	559.505,84
Provisão ACT -Acordo Coletivo de Trabalho	-	705.586,45
Reversão Provisão ACT 2023/2024	(705.586,45)	(2.035.626,56)
TOTAL	171.477.540,59	140.320.281,94

Abaixo apresentamos os custos por unidade:

CUSTOS OPERACIONAIS POR UNIDADE-2025							
CUSTOS OPERACIONAIS	BELÉM	SANTARÉM	ALTAMIRA	ITAITUBA	VILA DO CONDE	SEDE	TOTAL
Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais.	62.509.646,84	17.686.609,64	305.893,41	1.803.799,41	28.283.456,46	1.349.036,58	111.938.442,34
Serviços de Terceiros	24.715.840,33	1.616.519,97	76.545,61	600.705,93	4.868.804,11	152.429,31	32.030.845,26
Depreciação e Amortização	992.322,98	1.883.972,12	6,67	1.113.687,77	11.966.175,11	4.260,23	15.960.424,88
Utilidades, Serviços e Materiais.	1.374.771,01	581.187,59	5.414,26	27.964,22	9.823.496,10	20.321,44	11.833.154,62
Outros Custos	133.661,48	22.142,70	17.313,66	6.947,28	240.194,82	-	420.259,94
Provisão ACT 2024/2026	-	-	-	-	-	-	-
Reversão Provisão ACT 2023/2024	-	-	-	-	-	(705.586,45)	(705.586,45)
TOTAL	89.726.242,64	21.790.432,02	405.173,61	3.553.104,61	55.182.126,60	820.461,11	171.477.540,59

CUSTOS OPERACIONAIS POR UNIDADE-2024							
CUSTOS OPERACIONAIS	BELÉM	SANTARÉM	ALTAMIRA	ITAITUBA	VILA DO CONDE	SEDE	TOTAL
Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais.	58.197.096,90	15.140.573,53	274.400,45	1.524.515,21	22.848.319,87	1.356.553,74	99.341.459,70
Serviços de Terceiros	7.300.425,88	2.348.225,19	82.714,88	767.102,59	5.811.541,54	96.990,80	16.407.000,88
Depreciação e Amortização	1.003.104,65	1.676.027,35	0,00	661.162,30	11.084.660,56	435.846,60	14.860.801,46
Utilidades, Serviços e Materiais.	1.769.451,90	644.462,61	9.167,28	30.181,44	8.008.013,72	20.277,22	10.481.554,17
Outros Custos	166.722,13	61.445,27	2.050,94	18.370,49	310.917,01	-	559.505,84
Provisão ACT 2024/2026	-	-	-	-	-	705.586,45	705.586,45
Reversão Provisão ACT 2023/2024	-	-	-	-	-	(2.035.626,56)	(2.035.626,56)
TOTAL	68.436.801,46	19.870.733,95	368.333,55	3.001.332,03	48.063.452,70	579.628,25	140.320.281,94

33. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Neste quadro, a Companhia apresenta a composição detalhada dos gastos necessários para a obtenção de receita, abrangendo despesas com administração, serviços de terceiros, depreciação, manutenção do prédio administrativo, entre outros.

- O Aumento das despesas com pessoal é decorrente, principalmente do reajuste salarial de 4,34% com assinatura do ACT 2024/2025 em dezembro/2024, pagamento de folhas retroativas decorrentes deste acordo, bem como às diferenças salariais relacionadas à Promoção do Plano de Empregos e Salários (PES).
- Destaca-se também pelo aumento com despesas tributárias, em decorrência de acordo de parcelamento de IPTU de 42 (quarenta e duas) inscrições em nome da CDP.
- Portus -Termo de Composição de Ajuste da dívida (Vide NE-20)

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais.	57.043.092,47	50.248.825,74
Portus Termo de Composição de Ajuste da Dívida (i)	56.964.054,87	-
Serviços de Terceiros	10.217.084,83	9.687.909,33
Utilidades, Serviços e Materiais.	959.970,27	1.139.002,86
Despesas Gerais	9.034.763,86	34.181.731,76
- Seguro das Instalações	5.802,45	-
- Energia Elétrica/Água/Telefonia e Internet	633.894,73	761.839,79
- Despesas com Viagens e Estádias	3.431.692,56	2.303.440,24
- Indenizações e gastos com Processos Cíveis	749.423,23	29.780.000,00
- Despesas e Multas Indedutíveis	2.262.739,38	1.036,94
- Locação de Bens	225.043,00	255.636,00
- Propaganda e Publicidade	1.119.832,11	952.265,97
- Correios/Outros	1.336,40	2.552,82
- Brindes e Patrocínios	605.000,00	124.960,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	7.052.735,00	1.799.004,61
PECLD	2.863.337,31	9.032.608,90
Provisões para Contingências	9.225.022,46	5.995.520,95
Provisão ACT- Acordo Coletivo de Trabalho	-	705.586,45
Depreciação e Amortização	5.221.877,67	4.697.812,29
(-) Reversão de Despesas Provisionadas	(5.544.975,08)	(32.377.147,89)
Total	153.036.963,66	85.110.855,00

(i) vide NE-20

34. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

A rubrica de Outros Resultados Operacionais está relacionada em geral a evento diverso, tal como recuperação de tributos, recuperação de créditos, bem como baixa de bens do ativo, conforme detalhado abaixo:

Outros Resultados Operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Outras Receitas	26.356.294,48	11.379.661,74
Baixa TCF PORTUS (ii)	26.246.371,29	0,00
Recuperação de Tributos	65.542,59	2.280.468,80
Recuperações de Provisões Indedutíveis	0,00	8.840.900,38
Outras Receitas Operacionais	44.380,60	258.292,56
Outras Despesas	(1.303.812,64)	(8.689,84)
Baixa de bens	(462.689,00)	0,00
Outras Despesas Operacionais	(841.123,64)	(8.689,84)
Total	25.052.481,84	11.370.971,90

(ii) vide NE-20

35. RESULTADO FINANCEIRO

Representa o resultado líquido das Receitas e Despesas financeiras ocorridas em 2025.

As Receitas financeiras representam os ganhos incorridos envolvendo os juros, descontos obtidos, bem como, rendimentos de aplicações e outras receitas financeiras.

31. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita operacional é formada por receitas tarifárias, e por receitas patrimoniais decorrentes de arrendamentos de áreas do porto organizado sob jurisdição da CDP.

RECEITA BRUTA OPERACIONAL	31/12/2025	31/12/2024
Receita da Operação Portuária	155.699.745,01	161.058.568,93
Receita com Contrato de Arrendamento	250.279.496,70	235.733.859,64
Receitas Alternativa/Acessórias	11.100.854,68	26.782.035,04
TOTAL RECEITA BRUTA	417.080.096,39	423.574.463,61
Dedução da Receita		
Impostos Incidentes sobre a Receita Bruta		
- Imposto sobre Serviços- ISS	(12.964.246,25)	(12.918.044,25)
- Programa de integração social -PIS	(6.814.604,12)	(6.832.107,78)
- Contribuição financeira .seg. social- COFINS	(31.388.480,02)	(31.514.249,62)
Subtotal	(51.167.330,39)	(51.264.401,65)
Cancelamento e Devoluções	(2.705.581,49)	(9.424.760,75)
Total das Deduções da receita	(53.872.911,88)	(60.689.162,40)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	363.207.184,51	362.885.301,21

As Despesas Financeiras são representadas por juros pagos ou incorridos, descontos concedidos, despesas bancárias e demais despesas financeiras.

RESULTADO FINANCEIRO	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras	80.702.875,57	29.983.747,45
Juros Ativos	427.701,95	93.908,56
Rendimento de Aplicações Financeiras	63.471.592,53	28.552.254,73
Encargos Financeiros s/Faturamento	583.742,57	330.096,31
Outras Receitas financeiras	1.834.842,67	1.475.355,12
Atualização Monetária de Contratos	3.538.943,73	864.444,03
Baixa Juros TCF (Portus) (iii)	14.094.391,82	-
(-) Pis e Cofins s/ Receita Financeira	(3.248.339,70)	(1.332.311,30)
Despesas Financeiras	(7.588.140,07)	(1.985.074,92)
Juros Pagos ou Incorridos	(2.986.249,68)	(986.703,86)
Outras Despesas Financeiras	(660.088,36)	(269.566,06)
Encargos Financeiros AVP	(184.336,65)	(101.724,77)
Variação Monetária Passiva	(3.757.465,38)	(627.080,23)
Total Resultado Financeiro	73.114.735,50	27.998.672,53

(iii) vide NE-20

36. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos.

IRPJ e CSLL	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ Corrente	30.763.563,77	28.648.994,58
IRPJ Diferido	2.680.514,14	6.637.710,96
CSLL Corrente	11.083.522,96	10.322.278,05
CSLL Diferido	964.985,11	2.389.575,94
Total	45.492.585,98	47.998.559,53

O cálculo do IRPJ e CSLL corrente foi o lucro líquido ajustado tendo por base o seguinte:

Rubrica	CSLL	IRPJ
Lucro Líquido antes do IRPJ e CSLL e PLR	136.859.897,60	125.776.374,64
(-) Participação de Lucros e Resultados -PLR	(5.120.881,77)	(5.120.881,77)
Lucro Líquido antes do IRPJ e CSLL e após a PLR	131.739.015,83	120.655.492,87
Adições	79.853.825,23	90.937.348,19
CSLL	-	11.083.522,96
Provisões Cíveis e trabalhistas	9.225.022,46	9.225.022,46
Provisão p/ devedores duvidosos	2.277.162,34	2.277.162,34
Ajuste Positivo de Depreciação Econômica	5.363.431,73	5.363.431,73
Portus	59.903.842,16	59.903.842,16
Outras adições	3.084.366,54	3.084.366,54
Exclusões	(88.442.585,96)	(88.442.585,96)

38. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE ASSUMIDAS POR ORIENTAÇÃO DA UNIÃO.

O interesse público da União é o conjunto de valores, princípios e objetivos que orientam a atuação do Estado brasileiro na promoção do bem comum, da democracia, da cidadania, da justiça e do desenvolvimento nacional. O interesse público da União é expresso na Constituição Federal de 1988, que define os fundamentos, os direitos e as garantias, a organização e os fins da República Federativa do Brasil.

O interesse público da União é concretizado por meio das políticas públicas que são as ações e os programas desenvolvidos pelo Estado para atender às demandas e aos problemas da Sociedade. As políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e devem estar alinhadas com os princípios e os objetivos do Governo. Outrossim, destacamos que a materialização das políticas públicas ocorre por meio do orçamento público, no qual são definidas ações e os programas para atender às necessidades e aos interesses coletivos, no caso CDP, infraestrutura portuária.

A Companhia Docas do Pará, não mantém quaisquer obrigações ou responsabilidade assumidas por orientação da União, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra empresa do setor privado que atue no mesmo mercado.

39. REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS E EMPREGADOS/BENEFÍCIOS

As remunerações brutas mensais (base: dezembro/2025) pagas pela Companhia aos seus dirigentes e empregados, incluídas todas as vantagens efetivamente percebidas no contra cheque do mês de dezembro/2024, incluindo 13º salário complementar e gratificação de férias para alguns empregados.

REMUNERAÇÃO		2025	2024
Empregados	Maior	62.744,93	50.313,05
	Menor	2.758,38	2.512,46
Valor Médio de remuneração		18.660,86	14.791,62
REMUNERAÇÃO		2025	2024
Administradores	Maior	73.134,40	65.614,32
	Menor	65.820,92	23.951,60
Valor Médio de remuneração		68.258,75	49.539,59
REMUNERAÇÃO		2025	2024
Conselheiros			
Valor Médio de remuneração		3.697,35	3.392,06
BENEFÍCIOS		2025	2024
Total Benefícios- Base: dezembro.		1.743.218,20	1.664.524,08
Valor Médio por empregados		4.016,63	3.748,92

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES Nº 1-03/26

Demonstrações Contábeis em 31/DEZ/25

Curitiba, 09 de março de 2026

Aos
Diretores e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP)
Belém - PA

Prezados Senhores,

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório dos auditores independentes, relativamente às demonstrações contábeis do exercício findo em 31/DEZ/25.

Saientamos que a minuta do presente Relatório de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis foi tempestivamente disponibilizada à Administração, em conformidade com os prazos estabelecidos, até a data de início dos procedimentos de aprovação formal das referidas demonstrações.

Paulo Sergio da Silva
SÓCIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Administradores da
Companhia Docas do Pará (CDP)
Belém – PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Pará (CDP) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Pará (CDP) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Clientes – Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa

Conforme se observa na nota 5, a Companhia possui um saldo de valores a receber no montante de R\$ 71.420.765,78, referente a ações movidas por empresas que questionam a incidência ou o sujeito passivo de determinadas tarifas portuárias. Com base na opinião do departamento jurídico da Companhia, a Administração não registrou perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para o referido saldo.

Provisões para passivos contingentes

Conforme se observa na nota 27, embora a auditoria considere que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes (R\$ 19.061.328,99) no contexto das demonstrações, é oportuno ressaltar que a Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente. A Companhia registra provisão para essas causas quando é provável a ocorrência de saída de caixa para quitação de obrigação presente, e quando a mesma pode ser razoavelmente estimada. A Companhia divulga uma contingência quando a probabilidade de perda da causa é considerada possível, ou quando é considerada provável, mas não é possível estimar razoavelmente o valor de saída de caixa. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram os pareceres dos assessores jurídicos e o julgamento da Administração.

Avaliação da mensuração da obrigação atuarial de benefício pós emprego de plano de pensão com benefício definido

Conforme apresentado na nota 20, na determinação da mensuração das obrigações de benefícios pós-emprego a empregados (plano de pensão com benefício definido e outros), são utilizadas diversas premissas atuariais sensíveis e valor justo dos ativos do plano, o que, devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação destas premissas, deve ser enfatizado que alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas ao plano de benefício definido.

Especificamente quanto ao valor justo dos ativos do plano, conforme apresentado no quadro “B – Reconciliação do valor justo do ativo do plano” da citada nota 20, é possível ser observado um aumento significativo de valores, representado pelo reconhecimento de outras contas a receber (aporte complementar/adicional oriundo do rateio do acordo e destinado especificamente ao seu plano) vinculadas ao registro do Termo de Composição e Ajuste da Dívida – TCD firmado com a Portus – Instituto de Seguridade Social.

Por fim, ainda como pode ser observado nos quadros informativos contidos na nota 20, embora os valores finais (obrigação de benefício definido, valor justo dos ativos e valor líquido da obrigação) estejam adequados e devidamente representados nas demonstrações financeiras da Companhia, o detalhamento das movimentações indicadas como “redimensionamentos” não esclarecem/informam corretamente os motivos das variações que ocorreram no período.

Reconhecimento de crédito tributário ativo de IRPJ e CSLL diferida

Conforme apresentado na nota 11, foi reconhecido crédito tributário de IRPJ e CSLL diferida decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos (R\$ 32.751.300,65), face ao permissivo legal de reconhecimento contábil na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para sua realização. A expectativa de realização do crédito tributário deve estar baseada em projeções de lucros tributários de curto e longo prazo e que requerem

Em 2025, o valor médio da Remuneração dos Empregados foi obtido através da soma da remuneração de todos os empregados da Companhia no total de R\$ 8.098.813,24, dividido pelo número de empregados (434).

Em 2025, o valor médio da Remuneração dos Administradores foi obtido através da soma da remuneração de todos os Administradores da Companhia no total de R\$ 204.776,26 dividido pelo número de Diretores (3).

Em 2024, o valor médio da Remuneração dos Empregados foi obtido através da soma da remuneração de todos os empregados da Companhia no total de R\$ 6.567.479,28, dividido pelo número de empregados (444).

Em 2024, o valor médio da Remuneração dos Administradores foi obtido através da soma da remuneração de todos os Administradores da Companhia no total de R\$ 148.618,77 dividido pelo número de Diretores (3).

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Trata-se do Processo SEI nº 50901.010028/2025-36, referente à reversibilidade de bens da União vinculados ao Contrato nº 25/1999, firmado com a empresa Cargill S/A, em decorrência do encerramento do referido contrato.

O valor estimado dos bens objeto de reversão é de R\$ 345.026.703,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões, vinte e seis mil, setecentos e três reais). Por fim, pontua-se que o referido contrato teve seu prazo de vigência prorrogado por mais 25 anos, a contar de 2024, e que os bens a serem incorporados permanecerão em posse da arrendatária ao longo do contrato, haja vista serem bens do arrendamento, essenciais a toda a operação e funcionamento do terminal.

O referido processo encontra-se em análise e deliberação pela Administração da Companhia, não havendo, até a presente data, definição quanto aos eventuais efeitos contábeis decorrentes da reversão.

41. BALANÇO SOCIAL- NÃO AUDITADO

A Companhia faz a divulgação do Balanço Social, a título de informativo complementar, demonstrando clareza de suas ações e investimentos sociais realizados a cada período, refletindo a postura de comprometimento com o meio e a sociedade onde está inserida.

Jardel Rodrigues da Silva Diretor Presidente CPF: 772.938.192-34	Rosândela Oliveira B.de Carvalho Diretora de Gestão Portuária CPF: 032.245.584-74
Samuel Alves Rocha Diretor Administrativo-Financeiro CPF: 012.631.732-17	Glória Barroso de Macedo Gerente de Contabilidade CPF: 247.617.532-34 CRC:PA 014504/O-8

a aplicação de julgamento por parte da Administração da Companhia, incluindo a utilização de premissas cuja concretização depende da confirmação dos cenários utilizados. Logo, considerando a subjetividade inerente a esse processo, a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderá modificar significativamente os prazos e os valores previstos para realização do crédito tributário reconhecidos no Ativo da Companhia.

Resultado do Exercício de 2025 – Eventos não operacionais

Conforme consta na Demonstração do Resultado, o Lucro Líquido do Exercício em 31 de dezembro de 2025, comparativamente com o mesmo período de 2024, está impactado pelo aumento na conta despesas administrativas e gerais em função do registro contábil dos efeitos do Termo de Composição e Ajuste da Dívida – TCD firmado com a Portus – Instituto de Seguridade Social e pela variação na conta de provisões/reversões de passivos contingentes. Da mesma forma as contas de outros resultados operacionais e receita financeira, também foram ipactadas pelos efeitos do registro contábil do referido Termo de Composição e Ajuste da Dívida – TCD.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de março de 2026.

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-PA

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR Nº 050.998/O-9 S-PA

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 2906/O-5

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

DIRETORIA PRESIDÊNCIA

CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 4/2026/CONFIS-CDP/DIRPRE-CDP
PROCESSO Nº 50901.002400/2026-11
INTERESSADO: CONSELHO FISCAL

Belém, 18 de março de 2026.

ASSUNTO: Demonstrações Financeiras e Relatório Anual da Administração relativo ao exercício de 2025

Opinião favorável à aprovação das Demonstrações
Financeiras e Relatório Anual da Administração
relativos ao exercício de 2025

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP no uso das atribuições legais e estatutárias, em sua reunião extraordinária conjunta CONSAD/CONFIS, realizada nos dias 13 e 19 de março de 2026, por videoconferência, tendo examinado o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da CDP relativos ao exercício de 2025, sem ressalvas e com ênfases, bem como Relatório do Comitê de Auditoria Estatutária da Companhia Docas do Pará - CDP; é de opinião que os referidos documentos refletem a situação financeira e patrimonial da CDP, estando assim em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

Documento assinado digitalmente

Suzana Teixeira Braga
Conselheira Fiscal



SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Data: 20/03/2026 12:34:44-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Documento assinado digitalmente

Bruno Neri da Silva
Conselheiro Fiscal



BRUNO NERI DA SILVA
Data: 20/03/2026 13:40:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br



Referência: Processo nº 50901.002400/2026-11

Avenida Presidente Vargas, 41 - Bairro Campina
Belém/PA, CEP 66010-000
Telefone: - www.cdp.com.br



SEI nº 11021286

Companhia Docas do Pará 13-05 pdf

Código do documento 532a207c-6fd3-45b0-b6fa-ca1c5637d909



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

13 Apr 2026, 07:46:18

Documento 532a207c-6fd3-45b0-b6fa-ca1c5637d909 **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-13T07:46:18-03:00

13 Apr 2026, 07:46:30

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-13T07:46:30-03:00

13 Apr 2026, 07:46:50

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 56462) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2026-04-13T07:46:50-03:00

Hash do documento original

(SHA256):e47d72b64e6c2c5b9b40482698af13b54857ac42f99abdf2193a5f576725a25d

(SHA512):ed31bc4449bc8458b311cf91154badb657eddd4b0f4726815550b3a35a6b8b1e15f86cdc2e155abfd42c203621208065b5b795ebd96c94ffbcc387bbfc27824e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.